

José Osterno Campos de Araújo

TEORIA DO CRIME

Explicada e Exemplificada

Curitiba
Juruá Editora
2023

SUMÁRIO

Capítulo I	DIREITO PENAL E SEUS PRINCÍPIOS BÁSICOS	25
1	OS CINCO ESTUDANTES DE HULSMAN.....	25
2	DIREITO PENAL: O QUE É?	26
3	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	26
3.1	Desdobramentos ou Subprincípios do Princípio da Legalidade	27
3.1.1	A Lei Penal deve ser Anterior	27
3.1.2	A Lei Penal deve ser Escrita.....	28
3.1.3	A Lei Penal deve ser Estrita	28
3.1.3.1	O que é analogia?	29
3.1.3.2	Analogia <i>in malam partem</i>	29
3.1.3.3	Inconstitucional definição de crime e cominação de pena	30
3.1.3.4	Analogia <i>in bonam partem</i>	31
3.1.4	A Lei Penal deve ser Certa	32
4	PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA.....	33
4.1	Princípio da Subsidiariedade	33
4.2	Princípio da Fragmentariedade	34
4.3	Princípio da Adequação Social	34
4.4	Princípio da Insignificância	34
5	PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE.....	35
6	PRINCÍPIO DA PESSOALIDADE, INTRANSCENDÊNCIA OU INCONTAGIABILIDADE DA PENA.....	35
7	PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE	36
8	PRINCÍPIO DA ALTERIDADE OU DA TRANSCENDÊNCIA DA CONDUTA	36

Capítulo II	APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO OU SUCESSÃO DE LEIS PENAIS	37
1	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	37
2	LEI PENAL NO TEMPO E O CÓDIGO PENAL	37
2.1	Leis Penais Retroativas, porque Benéficas	37
2.1.1	“ <i>Abolitio criminis</i> ”	37
2.1.2	“ <i>Novatio legis in melius</i> ”	39
2.2	Leis Penais Irretroativas, porque Maléficas	40
2.2.1	“ <i>Novatio legis</i> ” incriminadora	40
2.2.2	“ <i>Novatio legis in pejus</i> ” ou “ <i>lex gravior</i> ”	40
3	SUCESSÃO DE LEIS PENAIS NO TEMPO.....	41
3.1	Atividade x Extratividade da Lei Penal	41
3.2	Regra da Aplicação da Lei Penal	42
3.3	Exceção.....	42
3.3.1	Casos duvidosos	43
3.4	Perguntas Fulcrais.....	44
3.4.1	1ª pergunta.....	44
3.4.2	2ª pergunta.....	44
4	LEI INTERMEDIÁRIA.....	44
5	COMBINAÇÃO DE LEIS PENAIS (“ <i>LEX TERTIA</i> ”).....	44
6	SUCESSÃO DE LEIS PENAIS EM CRIMES PERMANENTES E CRIMES CONTINUADOS	45
6.1	Crime Permanente	45
6.2	Crime Continuado.....	45
6.3	Diferença entre Crime Permanente e Crime Continuado.....	46
7	LEI PENAL POSTERIOR E “ <i>VACATIO LEGIS</i> ”	46
8	LEIS (OU NORMAS) PENAIS EM BRANCO	47
8.1	Conceito.....	47
8.2	Classificação das Normas Penais em Branco	48
8.2.1	Normas penais em branco próprias ou em sentido estrito ou heterogêneas	48
8.2.2	Normas penais em branco impróprias ou em sentido amplo ou homogêneas	48

8.2.2.1	Normas penais em branco impróprias ou em sentido amplo ou homogêneas homovitêlinas, homovitêlinas ou homólogas	48
8.2.2.2	Normas penais em branco impróprias ou em sentido amplo ou homogêneas heterovitêlinas, heterovitêlinas ou heterólogas	49
9	LEIS EXCEPCIONAIS E LEIS TEMPORÁRIAS.....	50
9.1	Conceito.....	50
9.2	Previsão Legal	50
9.3	Ultratividade das Leis Excepcionais e das Leis Temporárias	50
9.4	Não Seriam, Pois, as Leis Penais Excepcionais e às Leis Penais Temporárias Inconstitucionais, por Ferirem a Retroatividade Benéfica?	51
10	TEMPO DO CRIME.....	51
10.1	Exemplificando.....	51
10.2	Previsão Legal	51
10.3	Teorias Acerca do Tempo do Crime.....	52
11	LUGAR DO CRIME	52
11.1	Exemplificando.....	52
11.2	Previsão Legal	52
11.3	Teorias Acerca do Lugar do Crime.....	52
Capítulo III CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS.....		53
1	CONCEITO	53
2	PRINCÍPIOS (OU CRITÉRIOS) SOLUCIONADORES DO CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	54
2.1	Princípio da Especialidade.....	54
2.2	Princípio da Subsidiariedade	54
2.3	Princípio da Consunção ou da Absorção	55
2.3.1	Crime progressivo (de passagem)	56
2.3.2	Progressão criminosa.....	56
2.3.3	Fato anterior não punível ou “ <i>antefactum</i> ” impunível	56
2.3.4	Fato posterior não punível ou “ <i>postfactum</i> ” impunível	56
Capítulo IV APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO		57
1	PERGUNTAS INICIAIS	57

2	RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS INICIAIS	57
3	PRINCÍPIO OU REGRA DA TERRITORIALIDADE.....	57
3.1	Previsão Legal	57
3.2	O Que se Considera Território Nacional?.....	58
3.2.1	Território nacional como espaço físico.....	58
3.2.2	Território nacional como espaço jurídico	58
4	PRIMEIRA EXCEÇÃO À REGRA DA TERRITORIALIDADE – REGRA DA INTRATERRITORIALIDADE.....	59
4.1	Previsão Legal	59
5	SEGUNDA EXCEÇÃO À REGRA DA TERRITORIALIDADE – REGRA DA EXTRATERRITORIALIDADE.....	59
5.1	Previsão Legal	59
6	A EXTRATERRITORIALIDADE CLASSIFICA-SE EM	60
6.1	Extraterritorialidade Incondicionada	60
6.1.1	Previsão legal	60
6.2	Extraterritorialidade Condicionada.....	61
6.2.1	Previsão Legal	61
7	PRINCÍPIOS CORRELATOS À EXTRATERRITORIALIDADE	62
7.1	Princípio da Defesa, da Proteção ou Real	62
7.2	Princípio da Justiça Universal ou Cosmopolita	62
7.3	Princípio da Nacionalidade ou Personalidade Ativa.....	62
7.4	Princípio da Nacionalidade ou Personalidade Passiva.....	62
7.5	Princípio da Bandeira ou do Pavilhão.....	62
Capítulo V INFRAÇÃO PENAL.....		63
1	INFRAÇÃO PENAL	63
2	CRIME E CONTRAVENÇÃO PENAL – CONCEITO LEGAL.....	63
2.1	No Crime, Pena Cominada	64
2.2	Na Contravenção Penal, Pena Cominada.....	64
3	CRIME E CONTRAVENÇÃO PENAL – DIFERENÇAS	64
3.1	Quanto à Pena Cominada.....	65
3.2	Quanto à punição da TENTATIVA.....	65
3.3	Quanto à Punição da Infração Penal Praticada Fora do Território Nacional.....	65

3.4	Quanto à Ação Penal	65
4	CONCEITOS DE CRIME	65
4.1	Conceito Formal de Crime.....	65
4.2	Conceito Material de Crime.....	65
4.3	Conceito Legal de Crime.....	65
4.4	Conceito Analítico de Crime	66
4.4.1	Conceito tripartido.....	66
4.4.2	Conceito bipartido	66
4.5	Tese da Teoria Bipartida.....	66
4.6	Antítese da Teoria Bipartida e, Consequente, Adoção, como Síntese, da Teoria Tripartida.....	67
Capítulo VI FATO TÍPICO		69
1	CRIME É FATO TÍPICO	69
2	O QUE É FATO TÍPICO?	69
3	ELEMENTOS DO FATO TÍPICO.....	70
4	O QUE É CONDUTA?.....	71
4.1	Exemplificando.....	71
4.2	Duas Teorias Acerca da Conduta, como Elemento do Fato Típico ...	71
4.2.1	Teoria Causal da Ação	71
4.2.2	Teoria Final da Ação	72
4.3	Resposta ao Exemplo Dado, à Luz da Teoria Causal e da Teoria Final da Ação.....	73
4.3.1	Se adotada a teoria causal da ação.....	73
4.3.2	Se adotada a teoria final da ação	74
4.3.3	Conclusão	75
4.4	Outras Três Teorias Acerca da Conduta	75
4.4.1	Teoria social da ação	75
4.4.2	Teoria da ação significativa.....	76
4.4.3	Teorias funcionalistas.....	76
5	O QUE É RESULTADO NATURALÍSTICO?	77
5.1	Resultado Naturalístico.....	77
5.2	Resultado Jurídico	78
6	O QUE É NEXO CAUSAL?	78

6.1	O Que é Causa?	79
6.2	Teorias Acerca do Nexo Causal.....	80
6.2.1	Teoria da equivalência dos antecedentes causais	80
6.2.1.1	De acordo com esta teoria, como se determina se uma conduta é, ou não, causa de um resultado?	80
6.2.1.2	Defeito desta teoria.....	81
6.2.1.3	Correção desse defeito.....	81
6.2.2	Teoria da causalidade adequada	81
6.2.3	Teoria da imputação objetiva	83
6.3	Concausas ou Causas Concorrentes ou Causas Paralelas	85
6.3.1	Causas absolutamente independentes	86
6.3.1.1	Causas preexistentes absolutamente independentes	86
6.3.1.2	Causas concomitantes absolutamente independentes...	87
6.3.1.3	Causas supervenientes absolutamente independentes ..	90
6.3.2	Causas relativamente independentes	90
6.3.2.1	Causas preexistentes relativamente independentes ..	91
6.3.2.2	Causas concomitantes relativamente independentes	92
6.3.2.3	Causas supervenientes relativamente independentes....	93
6.4	Causalidade na Omissão	95
6.4.1	Classificação dos crimes omissivos.....	96
6.4.2	Crimes omissivos próprios	96
6.4.3	Crimes omissivos impróprios	97
7	O QUE É TIPICIDADE?.....	98
7.1	Exemplificando.....	98
7.2	Formas de Adequação Típica ou Tipicidade.....	99
7.2.1	Tipicidade direta ou imediata	99
7.2.2	Tipicidade indireta ou mediata	99
7.2.3	Exemplificando	99
7.3	Elementos do Tipo Penal	100
7.3.1	O que são elementos objetivos-descritivos?	100
7.3.2	O que são elementos objetivos-normativos?	101
7.3.3	O que são elementos subjetivos?	101

7.3.4	Crítica à classificação dos elementos do tipo em descritivos e normativos.....	102
7.4	Classificação dos Elementos do Tipo Penal em Elementares e Circunstâncias.....	103
7.4.1	O que são elementares?	103
7.4.2	O que são circunstâncias?.....	103
7.4.3	Exemplificando	103
7.4.4	Relevância da distinção entre elementares e circunstâncias	104
7.5	Tipicidade Objetiva <i>Versus</i> Tipicidade Subjetiva.....	105
7.6	Tipicidade Formal <i>Versus</i> Tipicidade Material	106
7.7	Tipicidade Conglobante.....	107

Capítulo VII TIPO PENAL DOLOSO109

1	EXEMPLIFICANDO.....	109
2	O QUE É DOLO?	110
2.1	Conceito Legal.....	110
2.2	Nosso Conceito.....	110
3	DOLO É IMPUTAÇÃO	110
4	ELEMENTOS DO DOLO	111
4.1	Elemento Intelectivo.....	111
4.2	Elemento Volitivo.....	111
4.3	Exemplificando.....	112
5	TEORIAS ACERCA DO DOLO.....	113
5.1	Teoria da Vontade	113
5.2	Teoria da Representação.....	114
5.3	Teoria do Assentimento.....	114
5.4	Teoria da Probabilidade.....	114
5.5	Quadro Comparativo	114
5.6	Exemplificando.....	114
6	NORMATIVIZAÇÃO DO DOLO	115
7	CLASSIFICAÇÃO (QUE DEVE SER SUPERADA) DO DOLO	117
7.1	O Que é Dolo Direto de 1º Grau?	117
7.2	O Que é Dolo Direto de 2º Grau?	117

7.3	O Que é Dolo Eventual?	117
7.4	Exemplificando	117
7.5	O Porquê da Superação da Referida Classificação	118
8	CRITÉRIO (SUGERIDO) PARA A DISTINÇÃO ENTRE DOLO E CULPA	118
9	A TESE DE PUPPE (ENQUANTO NÃO SUPERADA) É A MAIS ADEQUADA (OU A MENOS INADEQUADA)	119
Capítulo VIII TIPO PENAL CULPOSO		121
1	O QUE É CULPA?	121
1.1	Conceito Legal	121
1.2	Nosso Conceito	121
2	CULPA É (TAMBÉM) IMPUTAÇÃO	121
3	REQUISITOS DO TIPO PENAL CULPOSO	122
4	EXEMPLIFICANDO	124
5	CLASSIFICAÇÃO (QUE TAMBÉM DEVE SER SUPERADA) DO TIPO PENAL CULPOSO	125
6	EXEMPLIFICANDO	126
7	A RAZÃO DA SUPERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO TIPO PENAL CULPOSO	127
8	CRITÉRIO (SUGERIDO) PARA A DISTINÇÃO ENTRE DOLO E CULPA	128
Capítulo IX TIPO PENAL PRETERDOLOSO		129
1	O QUE É PRETERDOLO?	129
1.1	Conceito Doutrinário	129
1.2	Previsão Legal	129
2	O PORQUÊ DA PREVISÃO DA AGRAVAÇÃO PELO RESULTADO	129
3	EXEMPLIFICANDO	130
4	OS CRIMES AGRAVADOS PELO RESULTADO, COMO GÊNERO, E OS CRIMES PRETERDOLOSOS, COMO ESPÉCIE....	131
Capítulo X ERRO DE TIPO		133
1	O QUE É ERRO DE TIPO?	133
2	EXEMPLIFICANDO	133

3	CLASSIFICAÇÃO DO ERRO DE TIPO	134
3.1	Exemplificando.....	134
3.2	Classificação do Erro de Tipo Incriminador	136
3.2.1	Erro de tipo incriminador inevitável.....	136
3.2.2	Erro de tipo incriminador evitável.....	136
3.3	Classificação do Erro de Tipo Permissivo	137
3.3.1	Erro de tipo permissivo inevitável.....	137
3.3.2	Erro de tipo permissivo evitável.....	138
3.4	O Erro Sobre os Pressupostos Fáticos de Causa de Justificação Deve ser Tido Como Erro de Tipo ou Erro de Proibição?.....	139
4	ERRO (DE TIPO) ACIDENTAL	140
4.1	Erro Sobre o Objeto Material	140
4.2	Erro Quanto à Pessoa.....	141
4.3	Erro na Execução.....	141
4.4	Resultado Diverso do Pretendido	142
4.5	Erro Sobre o Nexu Causal	142
Capítulo XI CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....		143
1	CRIME CONSUMADO	143
1.1	Previsão Legal	143
1.2	Exemplificando.....	143
2	<i>ITER CRIMINIS</i>	144
2.1	Cogitação.....	144
2.2	Preparação	145
2.3	Execução.....	145
2.4	Consumação	145
3	CRITÉRIOS (OU TEORIAS) PARA A DISTINÇÃO ENTRE ATO PREPARATÓRIO E ATO EXECUTÓRIO	146
3.1	Crítério (ou Teoria) Subjetivo	146
3.2	Crítério (ou Teoria) Objetivo-formal.....	146
3.3	Crítério (ou Teoria) Objetivo-material	146
3.4	Crítério (ou Teoria) Objetivo-individual	146
3.5	Crítério mais Adequado de Acordo com Zaffaroni e Pierangeli....	147

3.6	Ato Preparatório ou Ato Executório: Aplicação dos Critérios Distintivos.....	147
4	CRIME TENTADO	149
4.1	Previsão Legal	149
4.2	Exemplificando.....	149
4.3	Requisitos da Tentativa.....	150
4.4	Pena da Tentativa e Critério para sua Aplicação	150
4.5	Classificação da Tentativa	151
4.5.1	Quanto ao <i>iter criminis</i> percorrido	151
4.5.1.1	Tentativa imperfeita ou inacabada.....	151
4.5.1.2	Tentativa perfeita ou acabada.....	151
4.5.2	Quanto ao resultado produzido na vítima.....	152
4.5.2.1	Tentativa branca ou inculpa.....	152
4.5.2.2	Tentativa vermelha ou culpa: é aquela em que o agente consegue atingir a vítima	152
4.5.3	Quanto à possibilidade da consumação	152
4.5.3.1	Tentativa idônea	152
4.5.3.2	Tentativa inidônea	153
4.6	Infrações Penais que não Admitem Tentativa.....	153

Capítulo XII DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA, ARREPENDIMENTO EFICAZ, ARREPENDIMENTO POSTERIOR E CRIME IMPOSSÍVEL..... 155

1	O QUE PODE ACONTECER DEPOIS DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DE UM CRIME	155
2	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA.....	156
3	ARREPENDIMENTO EFICAZ	156
4	VOLUNTARIEDADE <i>VERSUS</i> ESPONTANEIDADE	157
5	NATUREZA JURÍDICA DA DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E DO ARREPENDIMENTO EFICAZ	158
6	ARREPENDIMENTO POSTERIOR (À CONSUMAÇÃO DO CRIME).....	159
6.1	Requisitos do Arrependimento Posterior	159
6.2	Exemplificando.....	159
6.3	Natureza Jurídica do Arrependimento Posterior	160

7	CRIME IMPOSSÍVEL	160
7.1	Previsão Legal	160
7.2	Duas Observações Iniciais	160
7.3	Exemplificando	161
7.4	Há Dolo no Crime Impossível?	161
7.5	Fundamento da Não Punibilidade do Crime Impossível (Tentativa Inidônea, Quase Crime), de Acordo com as Teorias Que Tratam da Questão	165
7.5.1	Teoria objetiva	165
7.5.1.1	Teoria objetiva pura	165
7.5.1.2	Teoria objetiva temperada	165
7.5.2	Teoria subjetiva	165
7.5.3	Teoria sintomática	165
	Capítulo XIII ILICITUDE	167
1	O QUE É ILICITUDE?	167
2	CAUSAS DE EXCLUSÃO DA ILICITUDE	168
2.1	Causas de Exclusão da Ilicitude Presentes na Parte Geral do Código Penal (Art. 23)	168
2.2	Causas de Exclusão da Ilicitude Presentes na Parte Especial do Código Penal	168
3	ESTADO DE NECESSIDADE	168
3.1	Previsão Legal	168
3.2	Requisitos do Estado de Necessidade	169
3.2.1	Perigo atual	169
3.2.2	Perigo não provocado pela vontade do agente	171
3.2.3	Perigo que não podia ser evitado de outro modo, a não ser por meio da prática do fato necessitado	172
3.2.4	Perigo incidente sobre direito próprio ou alheio	173
3.2.5	Não razoabilidade do sacrifício do direito preservado, ante o lesado	173
3.2.6	Inexistência do dever legal de enfrentar o perigo	174
3.2.7	Elemento subjetivo	175
4	ESPÉCIES DE ESTADO DE NECESSIDADE	175
4.1	Próprio ou de Terceiro	175

4.2	Agressivo ou Defensivo.....	176
4.3	Real ou Putativo.....	176
5	CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA.....	176
6	LEGÍTIMA DEFESA	177
6.1	Previsão Legal	177
6.2	Requisitos da Legítima Defesa	178
6.2.1	Repulsa à agressão injusta, atual ou iminente.....	178
6.2.2	Defesa de direito próprio (seu) ou alheio (de outrem).....	180
6.2.3	Emprego moderado dos meios necessários	180
6.2.4	Orientação de ânimo do agente no sentido de praticar atos defensivos	181
6.3	Legítima Defesa Real, Legítima Defesa Putativa e Legítima Defesa Sucessiva	182
6.3.1	Legítima defesa real	182
6.3.2	Legítima defesa putativa.....	182
6.3.3	Legítima defesa sucessiva	183
7	ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL	183
7.1	Qual o Significado a se dar a ‘Estrito Cumprimento’ e ‘Dever Legal’?	183
7.2	Exemplificando.....	184
8	EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	184
9	EXCESSO NAS CAUSAS JUSTIFICANTES	185
9.1	Em que Consiste o Excesso?	185
9.2	Excesso Doloso e Excesso Culposos.....	185
Capítulo XIV CULPABILIDADE		187
1	O QUE É CULPABILIDADE?.....	187
2	CULPABILIDADE – ELEMENTOS	187
3	IMPUTABILIDADE.....	187
3.1	Causas que Excluem a Imputabilidade	188
3.1.1	Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	188
3.1.2	Inimputabilidade por menoridade penal	188

3.1.3	Inimputabilidade por embriaguez accidental completa, proveniente de caso fortuito ou força maior	188
3.2	Causas que não Excluem a Imputabilidade	189
3.2.1	Emoção ou paixão	189
3.2.2	Embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos	189
3.3	Causas que Reduzem a Imputabilidade	190
3.3.1	Semi-imputabilidade	190
3.3.2	Embriaguez accidental incompleta, proveniente de caso fortuito ou força maior	190
3.4	Incidente Processual para Verificação de Insanidade Mental do Acusado	190
4	POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE	190
4.1	Erro de Proibição	191
4.2	Desconhecimento da Lei e Desconhecimento da Ilcitude do Fato	191
4.3	Classificação do Erro de Proibição	192
4.3.1	Erro de proibição inevitável	192
4.3.2	Erro de proibição evitável	192
4.3.3	Exemplificando	192
4.3.4	Erro de proibição direto.....	193
4.3.5	Erro de proibição indireto.....	193
4.4	Consequências do Erro de Proibição Inevitável e do Erro de Proibição Evitável.....	193
5	EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA (DO CRIME)	194
5.1	Previsão Legal	194
5.2	Coação Moral Irresistível	194
5.3	Obediência Hierárquica	195
5.3.1	Ordem manifestamente ilegal.....	195
5.3.2	Ordem não manifestamente ilegal	196
Capítulo XIV CONCURSO DE PESSOAS		197
1	EM QUE CONSISTE?.....	197
2	CONCURSO (DE PESSOAS) NECESSÁRIO x CONCURSO (DE PESSOAS) EVENTUAL	197
2.1	Concurso Necessário	197

2.2	Concurso Eventual.....	198
3	REQUISITOS DO CONCURSO DE PESSOAS.....	198
3.1	Pluralidade de Condutas	198
3.2	Relevância Causal das Condutas	198
3.3	Vínculo ou Liame Subjetivo	198
3.4	Unidade de Infração Penal para Todos os Agentes.....	199
4	PUNIBILIDADE NO CONCURSO DE PESSOAS	199
5	FORMAS DE SE CONCORRER PARA A PRÁTICA DA INFRAÇÃO PENAL	200
5.1	Autoria.....	201
5.2	Participação	202
	REFERÊNCIAS	203
	ÍNDICE REMISSIVO.....	207